

Comunicação e cultura:

espaços sígnicos em permanente interação

Humberto Ivan Keske

Doutor e Mestre em Comunicação Social (PUCRS), com Especialização em Teorias do Jornalismo e Comunicação de Massa e Bacharel em Jornalismo (PUCRS). Professor titular de Graduação e Pós-Graduação e pesquisador do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Cultura do Centro Universitário Feevale.
E-mail: humberto@feevale.br

ABSTRACT RESUMO RESUMEN ABSTRACT

resumo

O presente texto visa refletir sobre algumas das noções cruciais da obra de Umberto Eco (1932), tais como signo, produção de sentido e significação, aplicadas ao estudo das múltiplas formas do fazer cultural posto em circulação pelas atuais mídias. Tais reflexões problematizam o ethos comunicacional como um espaço sógnico complexo em que os sistemas significantes, além de interagirem entre si, passam a compor e estruturar o espaço social e cultural circundante, essencialmente poroso em sua construção coletiva.

Palavras-chave: Comunicação; interpretação; semiótica da cultura; sentido; significação.

abstract

The present text aims to reflect on some of the crucial slight knowledge of the workmanship of Umberto Eco (1932), such as sign, production of felt and meaning, applied to the study of the multiple forms of making cultural rank in circulation through the contemporary media. Such reflections argue about the communicational ethos as a complex signical space where the significant systems, besides interacting between itself, turn to compose/structuralize the social and cultural space, essentially porous in its collective construction.

Keywords: Communication; interpretation; semiotics of the culture; meaning; signification.

resumen

Este texto tiene por objetivo estudiar algunos de los conceptos fundamentales de la obra de Umberto Eco (1932), como signo, producción de sentido y significación, aplicados al estudio de las múltiples formas de hacer culturales puestos en circulación por las actuales medias. Estas reflexiones cuestionan el ethos comunicacional como un espacio sógnico complejo en que los sistemas significantes, alean de interactuar unos con otros, pasan a constituir-se y estructurar el espacio social y cultural circundante, esencialmente poroso en su construcción colectiva.

Palabras-clave: Comunicación; interpretación; semiótica de la cultura; sentido; significación.

Introdução: da difícil tarefa de interpretar o signo

Longo é o estudo do signo. Caso fôssemos remontar a alguma espécie de arqueologia, resgatando o panorama histórico, político, social e cultural, certamente a origem das investigações sobre o signo, o sentido e a significação coincidiriam com o nascimento da própria filosofia na Antiguidade clássica. Segundo alguns historiadores da filosofia, o período que lhes serve de marco localiza-se entre o final de século VII a.C. e início do século VI a.C., nas colônias gregas da Ásia Menor (particularmente as que formavam uma região denominada Jônia), na cidade de Mileto, tendo como primeiro filósofo o jovem Tales de Mileto (CHAUI, 1994, p.25). Precursores de uma teoria do signo e, portanto, semioticistas *avant la lettre*, Sócrates (469 a.C.-399 a.C.), Platão (427 a.C.-347 a.C.) e, posteriormente, Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), só para citar três dos representantes mais ilustres do conhecimento grego antigo, já se preocupavam com noções sógnicas.

Sócrates (469 a.C.-399 a.C.), por exemplo, discordando dos filósofos sofistas que ensinavam técnicas de persuasão para os jovens, “que aprendiam a defender a posição ou opinião A, depois, a posição ou opinião contrária, não-A, de modo que, numa Assembléia, soubessem ter fortes argumentos a favor ou contra uma opinião e ganhassem uma discussão” (CHAUI, 1994, p.37), propunha conhecer a si mesmo e à Natureza, antes de querer persuadir aos outros. Ao andar pelas ruas e praças de Atenas, pelos mercados, pela Assembleia, perguntando aos outros o que estavam dizendo; se acreditavam no que estavam dizendo; se conheciam a Justiça; se sabiam o que era a Beleza, a Amizade, Sócrates (469 a.C.-399 a.C.) questionava a população grega sobre seus mais importantes valores, crenças e ideias, deixando embaraçados, irritados ou pensativos seus interlocutores.

Já naquela época, procurava a essência verdadeira da coisa, da ideia, do valor. Ao procurar o “conceito e não a mera opinião que temos das coisas, das ideias ou dos valores” (CHAUI, 1994, p.38), outro aspecto não trazia à tona senão o da tensão entre um sentido originalmente concebido e a interpretação desse sentido à luz de determinada atualização, feita por seus leitores/sujeitos/ receptores, chamada, tempos depois, de significação. Platão (427 a.C.-347 a.C.), discípulo de Sócrates (469 a.C.-399 a.C.), repensa, no célebre mito da caverna, a questão da representação do nome, das ideias e das coisas. Nossas opiniões, os conceitos que temos sobre as coisas, as percepções sensoriais ou imagens das coisas, levam ao erro, à mentira e à falsidade, uma vez que se constituem em formas imperfeitas do conhecimento que nunca alcançam a verdade plena da realidade. Platão (427 a.C.-347 a.C.) tratou de vários aspectos da teoria dos signos, redefinindo a noção de signo verbal e ampliando a ideia de significação, além de contribuir

com ideias críticas para a teoria da escritura:

O modelo platônico do signo tem uma estrutura triádica, na qual é possível distinguir os três componentes do signo: o nome (*ónoma, nómos*); a noção ou idéia (*eídos, lógos, dianóema*); a coisa (*prágma, ousía*) à qual o signo se refere. Idéias, para Platão, são entidades objetivas que não só existem na nossa mente, como também possuem realidade numa esfera espiritual além do indivíduo (Nöth, 1998, p.27-28).

Discípulo de Platão (427 a.C.-347 a.C.), Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), por seu turno, “recria”, digamos assim, a própria história da filosofia. Conhecido como *período sistemático*, que vai do final do século IV a.C. ao final do século III a.C.,

A Filosofia busca reunir e sistematizar tudo quanto foi pensado sobre a cosmologia e a antropologia, interessando-se sobretudo em mostrar que tudo pode ser objeto de conhecimento filosófico, desde que as leis do pensamento e suas demonstrações estejam firmemente estabelecidas para oferecer os critérios da verdade e da ciência (CHAUI, 1994, p.34).

Criador da lógica como instrumento de conhecimento em qualquer campo do saber, a vida e a obra do filósofo de Estagira estarão marcadas por uma dupla vinculação: de um lado, seu amor pela arte e cultura helênicas; de outro, pela aventura política, cuja destacada atuação constituirá traço fundamental de seu pensamento, razão pela qual desenvolve profícuas investigações na arte da Retórica. A *arte da argumentação* ou *retórica* estabelecia três polos vetoriais básicos de determinado processo comunicacional: locutor, discurso e ouvinte. Preocupado em estabelecer as bases desta nova concepção de *prática política*, Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) demonstra a necessidade da existência de um *emissor do discurso*, cujo objetivo é o de *persuadir* seu interlocutor através das ideias que defende; do *próprio discurso*, local onde os argumentos, muitas vezes falaciosos, resultam na adesão do ouvinte a uma determinada proposta; e do *ouvinte*, que analisa o referido discurso, aceita-o ou critica-o, dando-lhe uma determinada réplica, também na forma retórica.

Em outro livro, *Sobre a interpretação*, já refletia acerca dos elementos constituintes de um discurso, os termos expressivos da linguagem e noções como *topos*, signo, sentido, significação, juízo de valores, proposição, argumentação e raciocínio formal, chamado de *silogismo*. Inclusive, Aristóteles começou a traçar uma distinção entre signo incerto (*semeion*) e o certo (*tekmérion*) e discutiu a teoria dos signos no âmbito da lógica e da retórica. Em geral, definiu o signo como uma relação de implicação: se (q) implica (p), (q) atua como signo de (p) (NÖTH, 1998, p.29).

Em linhas gerais, e a partir de outra matriz teórica, concebida séculos depois, Umberto Eco estabelece como:

1

As diferenças entre sentido e significação, aqui brevemente esboçadas, não representam um consenso entre alguns autores e determinadas matrizes teóricas. Entretanto, nos permitem certas aproximações: Compagnon (2003, p. 86), por exemplo, estabelece que o sentido designa aquilo que permanece estável na recepção de um texto. Ele responde a questão: O que quer dizer esse texto? Tal posicionamento vem ao encontro do que Umberto Eco (2000) estabelece como um sentido mínimo, que termina por impor um limite ao processo interpretativo. Por outro lado, a significação para Compagnon (2003, p. 86) designa aquilo que é mutável na recepção de um texto. Ela responde a questão: Que valor tem esse texto? Nessa perspectiva, enquanto o sentido relaciona-se à interpretação de um texto, a significação é o objeto da aplicação do texto ao contexto de sua recepção, e, portanto, de sua avaliação, a ser atualizada pelos leitores de um dado processo comunicacional.

Signo tudo aquilo que pode ser tomado como substituindo significativamente outra coisa. Esta outra coisa não precisa necessariamente existir ou estar realmente em algum lugar no momento em que um signo o representa. Assim, a semiótica é, em princípio, a disciplina que estuda tudo o que pode ser usado com o objetivo de mentir (Nöth, 1999, p.169).

Talvez esboçado o plano geral da noção de signo para Umberto Eco (1986), tendo como meta o estudo das *mentiras que parecem verdades*, o sentido de um texto, para o autor, relaciona-se com a *intenção primeira* que esse texto torna explícita. Trata-se do primeiro plano ou *manifestação linear* que contém, presentificado, justamente, seu *sentido literal*; aquilo a que se refere o texto. Em outras palavras, podemos ampliar nosso horizonte interpretativo *ad infinitum*, mas não temos como fugir/fingir que a capa de *Chapeuzinho Vermelho* é de qualquer outra cor que não aquela *inicialmente* referida pelo *próprio texto*. Longe de gerar qualquer tipo de ambiguidade a que o termo *sentido literal* possa remeter, em razão das especificidades de alguns elementos advindos da filosofia, da linguística ou do discurso literário, Umberto Eco (2000) assume como *sentido literal* de um texto o *sentido mínimo* expresso por esse texto. Tal perspectiva ancora, desde sempre, a infinidade de possibilidades interpretativas à *intenção do texto*.

Temos, assim, dentre os vários aspectos que um determinado texto pode significar, aqueles que são *relevantes* para uma interpretação coerente e aqueles que são *marginais* ou que constituem elementos incapazes de sustentar uma leitura satisfatória e adequada, com um coeficiente mínimo de bom-senso. Como os graus de certeza e incerteza que caracterizam uma interpretação considerada satisfatória são muito tênues e relativos, Eco (2000) fixa esta decisão justamente no *sentido literal* que, além de descartar interpretações reconhecidamente malsucedidas, considera a tradição das interpretações anteriores, que também servem como patamar de análise consistente. Neste caso, “mais do que um parâmetro a ser utilizado com a finalidade de validar a interpretação, o texto é um objeto que a interpretação constrói no decorrer do esforço circular de validar-se com base no que acaba sendo o seu resultado” (Eco, 2001, p.75-76).

Por outro lado, a *significação*¹ de um texto “abre-se” à atualização de seus leitores/sujeitos/receptores, não podendo ser “controlada” nem pela intenção do autor tampouco pelo possível contexto de “origem”, seja ele histórico, social, cultural ou político. A significação, *mutante por definição*, parte, na verdade, de uma série de *jogos abduativos* produzidos por seus diferentes interlocutores, que assumem “o valor”, “o conteúdo”, “a natureza” dessa significação ou “aquilo que o texto quer dizer” segundo a época em que se encontram. Tais *encontros e desencontros de possibilidades* são abastecidos em determinada *competência enciclopédica*², no dizer

2

Umberto Eco (1986) entende a competência enciclopédica como competência plural, constituída pela convergência de inúmeros fatores cognoscentes associados entre si e necessários para a decodificação dos diferentes sistemas intertextuais que envolvem o processo comunicativo. Está presente como articuladora e mediadora entre os dois polos da relação comunicacional, armazenada culturalmente sob a forma, justamente, de um conhecimento enciclopédico. Longe de produzir uma transmissão da informação de sentido unívoco, a heterogeneidade de fatores envolvidos no entendimento entre emissores e receptores traz à tona complexos jogos interpretativos, que ora se antagonizam, ora se complementam, ora se harmonizam na produção de uma determinada significação.

3

A hermenêutica será entendida aqui como a teoria da arte de interpretar. Imprevisível e dinâmica, enquanto instância da criação humana, mas científica e sistemática enquanto método geral de interpretação, a hermenêutica caracteriza-se pelo constante jogo

de Umberto Eco (1986), que estabelecerá relações entre uma observação primeira, indicial, e um possível “destino” interpretativo, para o qual concorrem determinadas estratégias de leitura em detrimento de outras. Nesta perspectiva, todo o texto, entendido enquanto *tesitura* de fios, pontos e nós de sentido, transforma-se sempre em um *processo abduativo*, remetendo a uma tensão entre um contexto “original” de enunciação e um contexto “atual” de recepção, estando a *intenção do autor* irremediavelmente perdida.

À tarefa da interpretação e à exigência de compreensão da própria hermenêutica³ nascida, impõe-se a necessidade de sobrevivência da *intentio operis*. Remetendo-nos novamente a Umberto Eco (1986), ainda que um texto possa estimular um número infinito de interpretações que coabitem o espaço intermediário entre a *intenção do autor* e a *intenção do leitor*, que poderia reivindicar seus direitos à livre expressão interpretativa, existe a *intenção do texto*, que representa uma *restrição* à atividade desenfreada do leitor de interpretar, ou melhor, “superinterpretar” um texto *ad infinitum*. Dito de outro modo, “a infinidade das interpretações não pode fazer de um texto um puro pretexto para o jogo dos nossos investimentos e de nossos impulsos” (1984, p.98).

Além do mais, o autor ainda aponta a distinção entre “interpretar” e “usar” um texto. Deste modo, a partir das alternativas colocadas, temos na *interpretação* de um texto a opção de leitura cujo objetivo é o de buscar a *estratégia textual* que lhe constitui internamente, respeitando os diferentes contextos culturais, espaço-temporais e linguísticos em que foi atualizado. Tal pressuposto leva em conta o complexo jogo de *interações* entre a enciclopédia do leitor, as convenções sociais e a história das interpretações precedentes, dentro de um contexto específico, que acabam permeando o texto que o leitor está lendo. Caso optarmos por *usar* aleatoriamente um texto, o estamos transformando em um objeto qualquer, que se presta a uma finalidade estritamente pessoal, para a qual não foi explicitamente concebido e que não nos interessa discorrermos neste momento. Conforme o autor:

Um texto outra coisa não é senão a estratégia que constitui o universo das suas interpretações legítimas – se não ‘legítimas’. Qualquer outra decisão de usar livremente um texto corresponde à decisão de ampliar o universo do discurso. A dinâmica da semiose ilimitada não o veda, e até chega a encorajá-lo. Mas cumpre saber se queremos exercitar a semiose ou interpretar um texto (Eco, 2000, p.44).

Entretanto, o problema que aqui se coloca não é tanto o de descobrir a *intenção do leitor*, em meio às multiplicidades interpretativas que a ele se apresentam, mas sim definir qual a *intenção do texto*, que se completa através da *cooperação ativa do leitor* que, por sua vez, se propõe a atualizá-lo conforme previsto. O processo interpretativo

interpretativo e tem a qualidade de penetrar na essência das expressões textuais, artísticas e culturais, decifrando-lhe os mistérios, as sutilezas, as armadilhas. Nestes termos, a hermenêutica é capaz de fazer dialogar, interagir e interseccionar aspectos conceituais opostos e similares; dissonantes e concordantes; contraditórios e harmoniosos entre si. Dando ênfase às interrelações entre os processos interpretativos em constante transformação, a doutrina hermenêutica, enquanto instrumental analítico-metodológico, diferencia-se do referencial proposto pela dialética, como método da divisão (conceito formulado por Platão) ou como síntese dos opostos (termo principalmente idealizado por Hegel).

em produção está localizado no *espaço de intersecção* entre estes dois eixos de força e não pode ser enfocado e analisado somente em um dos polos interativos. É um movimento inferencial circular, uma vez que é o próprio texto quem produz *seu* leitor-modelo, capacitando-o a desenvolver *uma* ou *várias* conjecturas interpretativas, a partir de bases ou matrizes por ele fornecidas. Neste caso:

A intenção do texto não é revelada pela superfície textual. Ou, se for revelada, ela o é apenas no sentido de carta roubada. É preciso querer 'vê-la'. Assim, é possível falar da intenção do texto apenas em decorrência de uma leitura por parte do leitor. A iniciativa do leitor consiste basicamente em fazer uma conjectura sobre a intenção do texto (ECO, 2001, p.75).

Especialmente de Umberto Eco, recuperamos aqueles aportes que dizem respeito ao modelo teórico por ele proposto, chamado de semiótico-textual, apresentado em *Lector in fabula* (1986), no qual o autor procura explicar a complexidade envolvida no processo comunicacional a partir de níveis e subníveis interpretativos. A nosso ver, também se faz necessária uma breve revisão bibliográfica, como dito inicialmente, com vistas a contextualizar o montante de sua obra e localizar o fragmento teórico a ser trabalhado. A partir de então, assumimos postura reflexiva em relação a alguns postulados da sua teoria semiótica, principalmente aos aspectos que envolvem as críticas ao estruturalismo de matriz saussuriana.

Da teoria da mentira ao estudo da cultura

Desde os anos setenta, época de explosão de grandes obras de Umberto Eco, especialmente o *Tratado geral de semiótica*, vem se discutindo o que se convencionou chamar de "limiar", "limite" ou "soleira" semióticos. O jogo de similitudes procura expressar a *instância de análise* que a semiótica seria capaz de abranger. Nestes termos, estaríamos falando de um *campo de saber*, enclausurado em classificações científicas ou uma *área de conhecimento*, nos moldes da filosofia, que assume para si a maternidade de análise dos fenômenos do mundo? A discussão que se apresenta, evidentemente, está colocada e requer aprofundamento, o que extrapola o escopo deste texto. De qualquer forma, as denominações vêm se alterando no decorrer das décadas, bem como se transformam os diferentes elementos que se prestam à análise semiótica, sejam eles textos, em sua expressão plena, artefatos culturais, tais como filmes, exposições de arte, comerciais publicitários, ou fenômenos de massa, com seus diferentes modismos de cor, consumo, vestiário etc.

A análise de textos, sob os auspícios da linguística de vertente saussureana, por volta dos anos 1960, dava conta das questões da narrativa, da poesia, da prosa, do discurso verbal, enfim, do "texto

de papel”. São desta época os valiosos trabalhos de Hjelmslev, Jakobson, Benveniste e suas preocupações sobre a enunciação no discurso. Seguindo neste pequeno resgate histórico, teríamos o brilho deixado por Barthes à semiótica estruturalista e, posteriormente, as contribuições de Morris e a sua “tipologia” semiótica do discurso, seguido pelo projeto semiótico de Greimas e suas preocupações com a sintaxe narrativa do discurso. Umberto Eco, também apreciador da fonte estruturalista em uma primeira fase, encaixa-se nessa perspectiva, especialmente quando reflete sobre uma semiótica da literatura que, desde *Obra aberta* (1968), já se preocupava com a infinidade de possibilidades interpretativas presentes em um texto, discussão que seria posteriormente aprofundada em *Lector in fabula* (1986) e coroada de êxito em *Os limites da interpretação* (2000).

Com a expansão acelerada dos Meios de Comunicação de Massa, os *signos de papel* ganham cores, texturas, aromas, densidades e uma *série de dimensões* que já não mais podiam ser contidas nos limites designados pelo estruturalismo. *O signo ganha vida!* A semiótica amplia-se, confronta-se, vela-se, revela-se. Peirce começa a ser relido. Novas problemáticas aderem-se ao campo semiótico. O potencial de análise do signo verbal é acrescido de elementos não-verbais. Passamos do estruturalismo a uma nova perspectiva: para alguns autores, pós-estruturalismo; para outros, neo-estruturalismo, conforme Nöth (1999). A proposta de estudo de uma semiótica da cultura começa a ser esboçada. A partir dos anos 1980, a *Sociedade do espetáculo*, projetada por Guy Debord desde 1967, quando vagava pelas ruas de Paris, acompanhado de várias garrafas de seu precioso *beaujaulais*, começa a atingir seu “apogeu”, ou aquilo que, para a época, seria percebido como o *domínio da imagem*, do néon e dos luminosos comerciais da Coca-Cola. Tempos difíceis: muitos intelectuais não suportaram a transformação radical da sociedade e preferiram partir.

Desde os anos 1960, nos Estados Unidos, Thomas Sebeok vinha tentando fazer a passagem de uma semiótica textual para uma semiótica da comunicação em geral, da comunicação verbal à comunicação não-verbal humana e, para além da comunicação humana, a comunicação animal que, sob o nome de zoosemiótica, constituiu-se em uma das maiores contribuições de Sebeok para a expansão do campo semiótico. Inclusive, Sebeok vai mais longe, ao afirmar que o processo semiótico começa nas origens da vida: ou seja, semiótica e biologia teriam o mesmo *objeto de estudo*, ainda que sob diferentes perspectivas.

No intervalo de diferentes problemáticas surgem os processos semióticos em microorganismos e células, incluindo aqueles que se desenvolvem dentro do corpo humano. Interdisciplinar por “definição” ou por “opção”, a semiótica se prestaria a (quase) tudo: serviria para analisar múltiplos fenômenos, uma vez que, desde Peirce, “tudo” é

signo, e o homem, e todos os seus processos internos e externos, são compostos por signos. Como infinita é a variedade de signos, a semiótica se dispersa, se fragmenta, se generaliza. Desde os mais diversos fenômenos que envolvem signos, todos estão sob o estudo da semiótica. Nesta mesma perspectiva, a semiótica passa do orgânico ao virtual-digital, uma vez que computadores e sistemas de controle, como aquelas câmaras colocadas em locais públicos para “evitar” assaltos, também são *sistemas organizados*, não de seres vivos, mas “criados” por seres vivos e, portanto, sógnicos.

Mas, afinal, do que estamos falando? De alguma panaceia de especulações ou de um instrumento de análise? De um aglomerado de interpretações que se presta a múltiplas discussões ou de uma *teoria*, no sentido pleno do termo? Quantos desafios ainda haverá de enfrentar? Não podemos deixar de reconhecer que inúmeras são as controvérsias: entre autores, Escolas, pesquisadores, campos e congressos que tratam do tema; entretanto, há de haver, como diria Eco (2000) ao se referir à multiplicidade de interpretações que um texto pode comportar, aquelas que são aceitáveis e aquelas que são, enfim, questionáveis. Fato é que o alargamento do “campo” teve como contraponto a expansão/aglutinação de novos conceitos. Os avanços anteriores foram sendo reformulados, haja vista a aplicação dos estudos peirceanos à cognição, às pesquisas em computadores e à inteligência artificial.

Como se percebe, o viés de análise semiótico, ao ampliar-se, parece, enfraquece seus objetos de estudo. Com isto, não estamos, de forma alguma, diminuindo o mérito das contribuições de Peirce e de sua possibilidade de diálogo científico com as investigações de ponta nos campos emergentes e desafiantes da ciência contemporânea, mas, qual o limite destinado à análise semiótica? Muitas vezes, algumas discriminações positivistas ainda são necessárias à Ciência e ao conhecimento em geral. Certamente, tais reflexões requerem um grau maior de investigação do qual, neste momento, preferimos nos afastar.

Limiares semióticos: das convenções e suas transitoriedades

Preocupado em desenvolver “um esforço obstinado de entender os mecanismos através dos quais nós damos significação ao mundo à nossa volta” (NÖTH, 1999, p.167), Eco (1976) define Semiótica como um programa de pesquisa que estuda todos os processos culturais como *processos de comunicação*. Nesta proposta, a cultura pode (e deve!) ser estudada a partir de uma perspectiva semiótica mas, segundo ele, as entidades culturais podem também ser consideradas de pontos de vista não-semióticos, uma vez que um carro pode ser

um signo indicando *status* social ou, se for tomado em um nível físico ou mecânico, pode significar simplesmente um carro e, portanto, desprovido de *função comunicativa*; níveis que não são do interesse semiótico (Nöth, 1999, p.169).

A Semiótica se preocupa com tudo o que pode ser tomado como signo. Um signo é tudo aquilo que pode ser tomado como substituindo significativamente outra coisa. Esta outra coisa não precisa necessariamente existir ou estar realmente em algum lugar no momento em que um signo o representa. Assim, a Semiótica é, em princípio, a disciplina que estuda tudo o que pode ser usado com o objetivo de mentir (ECO, *apud* NÖTH, 1999, p.169).

Nestes termos, e articulando o nível cultural com o comunicacional e com o nível do “mentiroso”, teríamos três tipos de critérios de análise. Para o critério cultural, uma semiótica que estuda os signos da natureza e, portanto, natural, perderia o sentido, uma vez que a cultura estaria presente, inclusive e, principalmente, na instância natural. Essencialmente intencional, a *mentira* trataria das mensagens intencionais que possuam o “dom de iludir”, no sentido dado pela cantora Gal Costa, intérprete de Caetano Veloso, à música homônima. Em um nível comunicacional, esfera fascinante para Eco, uma mensagem qualquer precisa ser convencionada em um determinado código, o que implica uma certa convenção entre emissores e receptores de uma dada cultura. Discordando um pouco destes posicionamentos, para Nöth:

No final do século XX, tem se estendido [o campo semiótico] a várias das áreas que Eco desejou excluir em sua teoria: há uma semiótica biológica e evolutiva, que estuda as mensagens ainda não-intencionais, há uma semiótica do inconsciente, além do mentiroso e do verdadeiro, e há uma semiótica natural que não só estuda o comunicativo, as mensagens entre emissores e receptores, mas também os signos meramente significativos da natureza, que não provem de um destinador biológico de uma mensagem. Embora Eco, em sua teoria, tenha continuado fiel aos seus critérios restritivos da semiótica, o esboço que fornece da totalidade do campo semiótico apresenta-se bem mais extenso (NÖTH, 1999, p.169).

Criticas à parte, a semiótica de Umberto Eco é uma *semiótica da cultura*, uma vez que sua teoria dos códigos está fundamentada em uma determinada convenção cultural. A semiótica, nesta proposta, transforma-se no *estudo sígnico* da cultura. Enquanto fenômenos da cultura, arquitetura, música, cinema, artes em geral e toda uma infinidade de fenômenos cultural produzidos pelo homem e colocados em circulação pelos Meios de Comunicação de Massa são todos, e sem exceção, fenômenos culturais.

Sob outro ponto de vista, uma das grandes contribuições teóricas ao estudo da cultura origina-se com a Escola de Tártu-Moscou e seu estudo sobre a *Semiosfera*, que considera o universo semiótico como um conjunto de diferentes textos e linguagens da cultura que

se interrelacionam uns com os outros. A noção de *Semiosfera* surge a partir das reflexões teóricas formuladas pelo semiótico russo Iuri Mikhailovich Lotman (1922 – 1993) para designar o estudo das relações entre os diversos sistemas de signos compartilhados e/ou em permanente interação que coabitam a multiplicidade dos espaços culturais. A origem do campo teórico formulado pelo autor insere-se na tradição semiótica russa surgida no começo do século XX, primeiramente através de obras isoladas e, posteriormente, levada a cabo com a organização de seminários de verão realizados na Universidade de Tártu, na Estônia, a partir dos anos 1950.

Neste sentido, a noção de *Semiosfera* engloba tanto o ato sógnico particular quanto a totalidade do processo semiótico. Tais articulações desenvolveriam diferentes mediações, seja entre as “partes” envolvidas no processo, seja dessas “partes” com o complexo conjunto representado pela *Semiosfera*. Este *continuum* de significações origina-se dos encontros e desencontros desse complexo sistema de signos inserido em determinados espaços culturais em que os diferentes elementos constituintes da cultura, na totalidade de suas manifestações ou expressões interagem, harmonizam e/ou colidem entre si. Deste ponto de vista, a cultura, enquanto sistema semiótico por excelência, representa e dá sustentação aos conjuntos de elementos que a compõem, transformando-se em um complexo ambiente que possibilita a realização, expansão e expressão dos processos comunicacionais representados pelos conjuntos de textos e linguagens que adquirem, promovem, armazenam, transmitem e divulgam todo um referencial de informações dos elementos que fazem parte da referida cultura.

A questão geral que norteia a reflexão apresentada pela *Semiosfera* é justamente a de procurar perceber não só as relações entre sistemas sógnicos, mas principalmente a imprevisibilidade de tais conexões, que podem aproximá-los ou distanciá-los, bem como suas transformações, suas interferências, seus hibridismos, inseridos, sempre, em dado espaço cultural. Nesta perspectiva, os sistemas sógnicos referidos pela *Semiosfera* não dizem respeito a uma “estrutura” de regras combinatórias lineares, pré-definidas e “fechadas” em determinados códigos ou procedimentos, mas sim a todo um “complexo” vivo, relacional e permeável e possuidor de uma organização interna que se vale dos conjuntos de signos, não necessariamente linguísticos, como meio de expressão e/ou comunicação de uma determinada cultura. Tal concepção sobre as relações/interações sógnicas remete a uma alteração profunda do modo como a própria semiótica (re) pensa seu campo teórico.

Deste modo, sob o olhar analítico de Umberto Eco, o chamado “campo semiótico” está separado de um mundo dito “não-semiótico” por duas espécies de fronteiras, entendidas como “naturais”, que ele discute sob os títulos de *limiar inferior* e *limiar superior* da semiótica, além dos quais os tópicos de pesquisa pertencem a outras áreas que

não a semiótica.

Assim, o limiar inferior da semiótica é “aquilo que separa os signos das coisas, e os signos artificiais de signos naturais”. Estímulos fisiológicos, os “códigos” neurológicos e genéticos encontram-se debaixo deste limiar porque tais fenômenos não se baseiam em convenções sociais. Mas este limiar também não é um limite muito estreito para Eco. Zoosemiótica, a semiótica da comunicação animal, é incluída no campo semiótico de Eco, na medida em que a comunicação animal demonstre “que até no nível animal há padrões de significação que podem até um certo ponto ser considerados como culturais e sociais (ECO, *apud* NÖTH, 1999, p.175).

O *limiar inferior* representa, nesta proposta, a linha divisória entre o mundo semiótico e o “pré-semiótico”, separando a *natureza da cultura*. Uma vez que sua teoria é, prodigamente, uma semiótica da cultura e dos signos que pressupõem convenções sociais, os processos no domínio do biológico e da natureza física seriam, por definição, excluídos da semiótica. Via de regra, o campo semiótico seria constituído apenas de signos baseados em *códigos e convenções*, enquanto que os estímulos, sinais e informação física estariam abaixo do limiar semiótico, onde “fenômenos semióticos surgem de algo não-semiótico”, conforme colocado pelo autor.

Por outro lado, o limiar semiótico *superior* de Eco é a linha divisória entre o ponto de vista semiótico do mundo e várias outras perspectivas não-semióticas do mundo. Mesmo dentro do domínio da cultura, que se interrelaciona com o campo semiótico, nós não estamos sempre confrontados exclusivamente com fenômenos signícos, de acordo com Eco. Objetos de cultura, por exemplo, não são apenas signos. Eles são também objetos físicos construídos de acordo com leis mecânicas; eles têm um valor econômico e podem ter uma função social, conforme coloca Nöth (1999).

Mesmo encontrando-se “abaixo” do *limiar da semiótica*, a *sinomatologia*, entendida como a interpretação de sintomas médicos, insere-se no domínio da semiótica, uma vez que tais sistemas são codificados e legitimados pela *tradição* médica. Temos então a transformação de fenômenos não-semióticos em semióticos, uma vez que estamos envolvidos, novamente, com as artes da interpretação, da convenção e da codificação. Deste modo:

O primeiro médico que descobriu uma espécie de relação entre uma disposição de manchas vermelhas na face do paciente e uma dada doença, tal como o sarampo, fez uma inferência não-semiótica; mas, na medida em que esta relação se tornou convencional, e tem sido registrada como tal em tratados médicos, uma convenção semiótica se estabeleceu. Há um signo sempre que um grupo humano decide usar e reconhecer alguma coisa como veículo de uma outra coisa (ECO, *apud* NÖTH, 1999, p.176).

Segundo Nöth (1999, p.177), Eco pode sustentar a tese de que a interpretação científica do mundo pelos físicos ou químicos é semiótica

na medida em que constitui uma interpretação cultural. Tal proposta explicaria as mudanças nas convenções científicas para a explicação dos fenômenos do mundo físico, nos quais um relâmpago era interpretado como manifestação sobrenatural e atualmente não passa de um fenômeno meteorológico de descargas elétricas. Neste viés, *um* código substituiu o *outro*. O aspecto essencial de toda esta discussão é o de que a codificação é que representa o aspecto semiótico na interpretação do mundo.

Tais discussões tornam-se pertinentes porque situam a proposta semiótica de Umberto Eco em um *caminho intermediário* entre uma preocupação linguística e a sua expansão para outras áreas também compreendidas pela cultura. Insistindo na convenção cultural e social como critério para os signos, Eco preocupa-se em estudar as múltiplas formas da cultura e do fazer cultural, fenômenos comunicacionais por excelência. Temos, então, juntamente com os fenômenos da comunicação, uma co-ocorrência de fenômenos da significação, o que pressupõe o estudo do signo tendo o ser humano como seu destino. Comunicação e significação, nestes termos, são modalidades interpretativas inseparáveis.

Como se percebe, de uma preocupação inicial com o estudo da cultura à proliferação dos diferentes produtos midiáticos, as reflexões suscitadas por uma semiótica da cultura localizam-se na problematização do *ethos comunicacional*, entendido, cada vez mais, como um *espaço sógnico* complexo em que os sistemas significantes, além de interagirem entre si, passam a compor/estruturar o espaço social e cultural circundante, essencialmente poroso em sua construção coletiva. Enquanto *corpus* analítico, as discussões teóricas levantadas por Umberto Eco podem nos indicar que, em todo e qualquer processo comunicacional, midiático ou não, se faz presente o movimento de tais interações, sejam elas mais ou menos visíveis. Em outras palavras, toda uma infinidade de expressões por nós produzidas e colocadas em circulação pelos Meios de Comunicação de Massa são todas, e sem exceção, fenômenos sógnicos que se localizam no *espaço comunicacional densamente povoado de signos* com o qual nos deparamos cotidianamente. Ao procurar compreender o signo, Umberto Eco contempla o estudo da cultura, *codificada* através de signos, de onde a semiótica “está voltada para tudo o que pode ser tomado como um signo”, sob a base de uma determinada convencionalidade, em permanente transformação.

Referências

- BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- _____. **Elementos de semiologia**. São Paulo: Cultrix, 1999.
- _____. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 1980.
- _____. **O prazer do texto**. São Paulo: Cultrix, 1972.
- _____. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.
- COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- ECO, Umberto. **A estrutura ausente**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- _____. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. **Lector in fabula**. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- _____. **O conceito de texto**. São Paulo: EDUSP, 1984.
- _____. **O signo de três**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- _____. **Obra aberta**. São Paulo: Perspectiva, 1968.
- _____. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- _____. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- _____. **Semiótica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. **Tratado geral de semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- NÖTH, Winfried. **A semiótica no século XX**. São Paulo: Annablume, 1999.
- _____. **Panorama da semiótica: de Platão a Peirce**. São Paulo: Annablume, 1998.
- PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1999.